

Mariana Espel

museologia.gestao@gmail.com | mraeo@usinaeureka.com.br

Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial

Resumo

Atualmente, o património cultural já não é apenas uma representação física contida em objetos, edifícios e sítios arqueológicos ou naturais. Instituições responsáveis pela sua salvaguarda e classificação lançam um novo olhar sobre diversas representações culturais e atividades sociais, reconhecendo-as formalmente como património cultural imaterial. No Brasil e desde o ano 2000, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desenvolve programas de classificação de Bens Culturais Imateriais. Os processos para candidatura são complexos, por ser necessário transcrever o que se sente. Diante desta nova demanda, apresenta-se um conjunto de indicadores que objetivam identificar parâmetros existentes num determinado bem cultural imaterial que poderão responder às diretrizes de classificação do IPHAN. Os indicadores foram aplicados num estudo de caso em que o objeto de análise foi o modo de produção artesanal da Porcelana Monte Sião que se mantém, desde 1959, no Estado de Minas Gerais, Brasil.

Palavras-chave: Património cultural imaterial; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN); Indicadores de classificação de património cultural; Produção artesanal; Porcelana Monte Sião.

Abstract

Currently, cultural heritage is no longer just a physical representation contained in objects, buildings and archaeological or natural sites. Institutions responsible for their safeguarding and classification take a fresh look at various cultural representations and social activities, formally recognizing them as intangible cultural heritage. In Brazil and since the year 2000, the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) has been developing programs for classifying Intangible Cultural Assets. The classification processes are complex due to the need to have to transcribe what you feel. Faced with this new demand, a set of indicators is presented that aim to identify existing parameters in each intangible cultural asset that may respond to IPHAN classification guidelines. The indicators were applied in a case study where the object of analysis was the artisanal production of the Porcelain Monte Sião, which has been maintained since 1959 in the State of Minas Gerais, Brazil.

Keywords: Intangible cultural heritage; National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN); Cultural heritage classification indicators; Artisanal production; Monte Sião Porcelain.

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaios e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>

Nota biográfica

Mariana Espel é Mestre em Museologia (FLUP), pós-graduada em Ciência Política com especialização em Políticas Públicas do Desenvolvimento Sustentável (U. Aveiro) e bacharel em Administração de Empresas (U. Norte do Paraná). Tem realizado projetos em museologia que contemplam o conceito do Desenvolvimento Sustentável. No mestrado, elaborou um modelo de negócio para museus. Como colaboradora voluntária do Centro para a Inovação, Tecnologia e Empreendedorismo (CITE-INESC TEC), em articulação com o Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), trabalha em projeto-piloto, com objetivo de reconhecer indicadores para mensurar níveis de sustentabilidade nos museus.

Biographical note

Mariana Espel has a master’s degree in Museology (FLUP), a postgraduate degree in Political Science with a specialization in Public Policies for Sustainable Development (U. Aveiro) and a bachelor’s degree in Business Administration (U. Norte do Paraná). She has carried out projects in museology that contemplate the concept of sustainable development. During her master’s, she developed a business model for museums. As a volunteer researcher at Innovation, Technology and Entrepreneurship (CITE - INESC TEC), jointly with the Transdisciplinary Research Centre «Culture, Space and Memory» (CITCEM), she works to recognize indicators to measure the level of sustainability in museums.

Introdução

A classificação do Património Cultural imaterial passou a ser uma realidade no Brasil no ano 2000 (Instituto do Património Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2020, p. 10) pela ação do Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), instituição subordinada ao Poder Executivo Federal que regula e promove a preservação e divulgação do património cultural nacional. No âmbito internacional, em 2003 a Convenção aprovada na 32ª Conferência Geral da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) passou a recomendar aos Estados signatários a promoção de ações para salvaguarda do património cultural imaterial (Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura, 2003). Não obstante, a partir de Choay (2014), sabe-se que a UNESCO dedica exaustivos trabalhos para promover e recomendar iniciativas e programas que norteiam a proteção do Património Cultural mundial já desde 1972 (Choay, 2014, pp. 224 e 225).

Um olhar mais atento ressalta relevantes representações culturais e atividades sociais que são dignas de proteção. Exemplo é o caso de estudo que se partilha, que chama a atenção para um modo produção artesanal de porcelana, considerada como única no seu processo e nas suas características estéticas, mantida desde 1959 no município de Monte Sião, Minas Gerais, Brasil.

Identificado o interesse deste modo de fazer artesanal, procurou-se reconhecer características que respondam positivamente às diretivas do IPHAN, no sentido de suportar eventual candidatura a registo como património cultural imaterial, com potencial de aplicação, ajustável, a outros casos.

1. Enquadramento e objetivo

A partir de 2000, o IPHAN, como instituição responsável pela salvaguarda do património cultural brasileiro subordinada ao Poder Executivo Federal no Brasil, passou a reconhecer como Património Cultural imaterial os costumes, saberes,

manifestações culturais e religiosas que, por não serem materiais, sofriam com a falta de parâmetros e programas de fomento para a sua preservação e continuidade. Com o Decreto-Lei 3.551, de 4 de agosto de 2000 cria-se (...) “o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e se instituí o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial” (Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2020, p. 62).

É de salientar que o Decreto-Lei antecede a Convenção da UNESCO para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Em 2006 e pelo Decreto-Lei 5.753 de 12 de abril de 2006, as recomendações da UNESCO foram incorporadas na Legislação Brasileira (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional, 2006, p. 35). Em muitos casos, os saberes-fazeres, expressões, práticas que remetem à história, à memória e à identidade de um povo, complementam o patrimônio tido como monumento e auxiliam numa melhor compreensão da história contida num determinado conjunto patrimonial material, para além de permitirem uma comunicação mais fidedigna da realidade (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 12). Por serem imateriais, muitas características culturais acabam por não ter o devido reconhecimento e apoio para a sua salvaguarda.

Outro motivo prejudicial, entre outros de ordem material, é a falta de partilha do conhecimento ou, mesmo, a ausência de interessados em manter uma certa tradição (Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2020, p. 13). Na publicação referenciada, é possível ler sobre a importância da participação da sociedade civil nos processos de indicação e salvaguarda do bem cultural imaterial e a fundamental disseminação de conhecimento, principalmente entre associações de moradores, de artesãos e entre outros grupos que não possuem um corpo técnico formado para impulsionar processos para elaboração da salvaguarda e reconhecimento de determinado bem cultural.

No entanto, no desenvolvimento da investigação que resultou neste estudo de caso, não foram encontrados parâmetros organizados para direcionar e facilitar a execução de uma análise de viabilidade sistemática para reconhecer a pertinência ou não de um pedido de classificação ao IPHAN. As suas diretrizes e normas, publicadas para orientar

uma candidatura, são de ordem exclusivamente qualitativa e os exemplos utilizados de registos já realizados abordam temas variados, o que dificulta a identificação de parâmetros para replicação de um modelo de análise nas diversas opções temáticas para classificação.

Ao reconhecer esta lacuna, o desenvolvimento deste estudo demonstrou-se pertinente, tendo como objetivo sugerir um conjunto de indicadores para facilitar o processo de análise preliminar de viabilidade de uma proposta para inserção nos registos nacionais do IPHAN.

A proposta de uma ferramenta facilitadora corrobora a prática preconizada no Plano de Salvaguarda do IPHAN, delineada na publicação *Património cultural imaterial. Saber mais* (Instituto do Património Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2012, p. 29), que chama a atenção para a necessária participação de diversos agentes comunicadores de bens culturais intangíveis, tendo em vista a dimensão geográfica do País e a sua diversidade cultural.

Neste entendimento, a literatura consultada permite identificar, pelo menos, dois motivos que justificam a elaboração deste estudo de caso. O primeiro, relaciona-se com a necessária participação de diversos atores nestes programas, seja no Brasil ou em países que dedicam ações para salvaguarda do património cultural imaterial. Um exemplo está no capítulo 1 da obra *A companion to heritage studies* que defende “a inclusão de práticas de conhecimento e gestão acessíveis como elementos fundamentais para uma abordagem nova, mais justa e inclusiva” (Logan, Máiréad & Kockel, 2016 p. 14. Tradução nossa). Neste mesmo capítulo da obra acima citada, no subitem intitulado *Holistic and inclusive heritage*, os autores salientam a necessidade de descentralização dos esforços de reconhecimento do património cultural, nomeadamente quando se fala do património imaterial e enfatizam a necessidade de promover condições que facilitem o acesso ao conhecimento, para que comunidades de diferentes culturas possam ser capacitadas para reconhecer e comunicar uma determinada representação cultural ou atividade social que é cara ao seu ambiente cultural (Logan, Máiréad, & Kockel, 2016, pp. 15-17).

Já o segundo motivo tem a ver com a escassez de recursos. Segundo Kockel (2007, citado em Logan, Máiréad & Kockel, 2016, p. 11), ao depender de financiamento público, os processos para a salvaguarda de um determinado património, seja ele material ou imaterial, deixou de ter o seu valor calculado pela sua representatividade cultural e passou a ter a sua valorização medida pela necessidade de recursos financeiros para a sua manutenção. O autor evidencia que muitas escolhas foram guiadas pelo custo e não pela qualidade e que é necessário lançar um novo olhar sobre todo o sistema de classificação do património cultural. Saber se determinada classificação de um bem cultural poderá, na atualidade e no futuro, ser sustentável e a sua real representatividade são perguntas imprescindíveis, que têm de ser respondidas no tempo presente. Kockel afirma, ainda, que ferramentas que facilitem um processo de análise poderão auxiliar na redução de injustiças e evitar que sejam deixados de lado apoios para preservação de bens culturais representativos para a sociedade.

Este estudo de caso pretende ser um contributo para tal.

2. Metodologia

O desenvolvimento do estudo foi dividido em três fases e teve como ponto de partida a formulação do problema a explorar. A segunda fase foi dedicada à realização da investigação documental sobre referências teóricas que justificassem a sua continuidade. Com o referencial teórico, foi possível passar para a terceira fase da investigação, onde foram definidas: (a) A abordagem lógica com a definição dos objetivos; (b) O tipo de investigação que se enquadraria aos objetivos delineados e, por último; (c) A definição dos procedimentos técnicos do estudo a desenvolver.

Apresentam-se, em seguida, os métodos e procedimentos técnicos utilizados.

- A problemática do estudo foi definida a partir de uma observação da autora, que não identificou a existência de um conjunto organizado de parâmetros que orientasse, em fase de pré-candidatura, uma análise de viabilidade para

reconhecer se determinado bem cultural imaterial apresenta características que respondam às diretrizes do IPHAN, para seu registo como bem cultural imaterial;

- A base teórica foi constituída a partir de artigos científicos disponíveis nas plataformas Google Scholar, Sprint, Research Gate e JSTOR, livros impressos e no formato digital, reportagens em jornais, revistas, outros meios eletrónicos e documentos governamentais e institucionais publicados a partir do ano de 1999. O mapa referencial foi composto pelos temas: património cultural, património cultural imaterial, classificação de bens culturais imateriais e produção artesanal;
- A abordagem foi a descritiva, que possibilitou identificar, organizar e descrever os parâmetros exigidos pelo IPHAN, através da definição de indicadores qualitativos. Neste modelo é possível analisar um objeto de estudo e identificar se tais características ou fenómenos são identificados no caso observado (Cruz, 2010, p. 75);
- A operacionalização de uma investigação de tipo descritivo, segundo Cruz (2009, p. 75), pode assumir diversas formas e uma delas é através de um estudo de caso, onde a execução da investigação é baseada num objeto representativo do seu universo. O objeto de estudo escolhido foi por conveniência e não aleatório, e partiu da experiência da autora para definição do objeto do estudo de caso, que teve como um dos parâmetros de escolha ser um processo de produção artesanal em que fosse possível operacionalizar a recolha de dados;
- O componente técnico da investigação utilizado para recolha de dados foi um formulário contendo trinta questões de ordem qualitativa. O inquérito aplicado teve como base de referência seis indicadores previamente definidos. Das 30 questões, 4 foram elaboradas com o objetivo de aceder a informação

complementar para confirmar informação e dados obtidos na fase de investigação bibliográfica.

- Para o resultado, os dados do questionário foram operacionalizados com o apoio de uma tabela de contingência utilizando-se de uma métrica categorizada. Este método possibilitou transformar em números os dados qualitativos e mensurar o número de características positivas detetadas para cada indicador.

3. Revisão bibliográfica

A revisão elaborada orientou-se para o Programa de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, no Brasil, e para o processo artesanal de porcelana.

3.1. Património cultural imaterial – Classificação

De acordo com Choay (2014, p. 105-106), a expressão Património Histórico tem a sua origem na Revolução Francesa, onde monumentos de valor histórico passam a ser mensurados na primeira constituinte por um determinado valor económico, diante da necessidade de incorporá-los como bens da nação, após a apropriação dos bens do Clero pelos poderes revolucionários da França. Para Souza e Crippa (2015), foi o período da Revolução Francesa “que sedimentou a preferência pelos valores históricos e artísticos no tratamento da cultura material, abrindo caminho para a formulação da ideia de um património nacional” (Souza & Crippa, 2015, p. 5).

Em 1972, a UNESCO instituiu a definição da expressão Património Cultural da Humanidade e o valor histórico passa a ser holístico e consolidado por sistemas de cooperação internacional para salvaguarda dos patrimónios culturais mundiais, promovendo ações nos Estados signatários para desenvolver e manter programas ao nível regional. O património histórico deixa, assim, de ter uma conotação apenas

material e passa a integrar no seu discurso, os valores e representações culturais intrínsecos à sua existência. Esta visão holística é reforçada pelas palavras de Burke (2010), quando afirma que a cultura pode ser entendida como um “sistema de significados, atitudes e valores e formas simbólicas (apresentações, objetos artesanais)” (p. 9).

No entanto, apesar de apresentar um novo conceito para os bens de valor histórico, a Convenção da UNESCO de 1972 deixou uma lacuna no que se refere aos bens culturais imateriais. Em 1989, a instituição lança uma Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular, um movimento liderado pela Bolívia onde foram reivindicadas orientações para ações jurídicas quanto à salvaguarda das manifestações populares e tradicionais (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional, 2006, p. 79).

Em 2003 e em resposta, a UNESCO lança, na sua 32ª Conferência Geral, a *Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial* (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, 2003) com diretrizes para elaboração de programas e fomento à preservação de costumes, modos de fazer, saberes culinários, artesanais, representações culturais como danças entre outros, que, apesar de imateriais, em diversos casos complementam a existência do patrimônio cultural material.

No cenário Brasileiro, o reconhecimento e proteção do patrimônio cultural imaterial antecede a 32ª Conferência da UNESCO e é marcado pelo Decreto-Lei 3551 de 4 de agosto de 2000 que, em linhas gerais, institui o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* para classificação como Patrimônio Cultural Brasileiro e cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional, 2006, p. 10). Este Decreto-Lei responde às recomendações da UNESCO de 1972 e 1989 e à *Carta de Fortaleza* datada de 1997 e apresentada num seminário internacional para comemoração dos 60 anos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico-cultural e Artístico Nacional, 1997, pp. 1- 4). Neste momento o IPHAN já se atentava à necessidade de criar um programa de proteção para as representações culturais diante da diversidade cultural Brasileira. Com o tema

“Património imaterial: Estratégias e formas de proteção”, o Brasil lança o processo para criação de comitês para o desenvolvimento de programas alinhados com o reconhecimento e preservação do bem cultural imaterial (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional, 2006, p. 81). Com a promulgação do Decreto-Lei 3551 de 4 de agosto de 2000, define-se que os registos dos bens culturais serão feitos em quatro diferentes livros temáticos, a saber:

- *Livro de Registro dos Saberes*. Regista conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
- *Livro de Registro das Celebrações*. Regista rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
- *Livro de Registros de Formas de Expressão*. Regista manifestações literárias, musicais, plásticas, cénicas e lúdicas;
- *Livro de Registro dos Lugares*. Regista mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (Ministério da Cultura, Poder Executivo da República Federativa do Brasil, 2000).

O Decreto-Lei 3551 de 4 de agosto de 2000 determina que outros livros poderão ser incorporados no PNPI e que pedidos para abertura de um novo livro e os pedidos para registo de um bem cultural imaterial deverão ser solicitados por processo administrativo encaminhado à Presidência do IPHAN, contendo uma descrição do bem a ser registado e a devida documentação que o descreva com os “elementos culturalmente relevantes” (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional, 2006, p. 30).

Ao bem cultural imaterial em processo de registo e registado, a repartição do governo ou subsecção responsável pelas políticas públicas do setor cultural deverá assegurar a elaboração dos documentos técnicos durante a instrução do processo e a ampla

divulgação e promoção do bem registrado, que será revalidado a cada dez anos.

Segundo Strauss (Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006) este processo de revalidação é necessário, pois "(...) Gostos, necessidades, modos de vida, valores e representações sempre evoluíram e continuarão a fazê-lo e, se uma comunidade abandona uma prática social, não há como se opor" (p. 81).

Segundo a publicação *Patrimônio Cultural do Brasil. Pareceres de Registros dos Bens Culturais Imateriais de 2021*, vol. I e II (Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2021), foram registrados, nos quatro Livros existentes, 48 bens culturais imateriais. Na Tabela 1, apresentam-se os bens culturais que já foram registrados e quais são os Estados em que se localizam.

Tabela 1 - Número de bens culturais regionais registrados por Livro e as respectivas regiões, de acordo com (Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional. 2021)

Livro	Nº de bens registrados	Estados brasileiros em que se localizam
<i>Livro de registro dos saberes</i>	13	Espírito Santo, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Bahia, Minas Gerais, Acre, Alagoas, Amazonas, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins, Goiás.
<i>Livro de registro das celebrações</i>	13	Pará, Goiás, Amazonas, Rio Grande do Norte, Maranhão, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul
<i>Livro de registro das formas de expressão</i>	18	Amapá, Rio de Janeiro, Região Sudeste, Pernambuco, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, São Paulo, Goiás, Região Nordeste, Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe, Bahia, Distrito Federal, Rio de Janeiro, São Paulo, Acre, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Roraima, Rondônia, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins.
<i>Livro de registro de lugares</i>	04	Amazonas, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Paraíba.
Obs: Na descrição dos Estados brasileiros representados nos registros é de salientar que algumas representações culturais ou atividades sociais são exercidas ou encontradas em diversas regiões do país.		

3.2. O método de produção artesanal de porcelana

A produção artesanal de porcelanas constitui o objeto de estudo desta investigação. O modo de fazer artesanal pode ser reconhecido pelo IPHAN como bem cultural imaterial e tem o seu registo feito comumente no Livro de saberes de Património Cultural Imaterial.

O interesse da revisão focou-se na representatividade do artesanato na sociedade e como objeto de salvaguarda do património cultural imaterial.

Na investigação documental realizada, foi possível identificar duas definições sobre o processo artesanal. No contexto internacional, a UNESCO define o artesanato como *“hecho predominantemente a mano o con herramientas manuales”* (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, 1997, p. 3). Já no contexto nacional Brasileiro, a definição da Base Conceitual do Artesanato Brasileiro utilizada para definição de normas e leis (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Poder Executivo da República Federativa do Brasil, 2012) indica, de forma detalhada, que o artesanato é:

“toda a produção resultante da transformação de matérias-primas, com predominância manual, por indivíduo que detenha o domínio integral de uma ou mais técnicas, aliando criatividade, habilidade e valor cultural (possui valor simbólico e identidade cultural), podendo no processo de sua atividade ocorrer o auxílio limitado de máquinas, ferramentas, artefatos e utensílios” (p. 12).

Os processos artesanais podem ser considerados como os primórdios dos processos industrializados em série. Afinal, as máquinas surgiram com a necessidade de reproduzir o que se fazia à mão e, com isso, promover a produção em escala, reduzindo o custo e fazendo com que os produtos fossem mais acessíveis.

Ainda nos processos modernos de produção, é possível identificar princípios de processos criativos e de desenvolvimento tecnológico promovido pelos nossos ancestrais artesãos. Exemplo disso, é a mecanização de processos antes feitos

manualmente que, apesar da automatização, seguem os mesmos princípios da época em que a produção era artesanal.

Para ilustrar esta evolução, é possível observar os processos de produção na indústria têxtil, que nos primórdios as tramas das linhas que formavam o tecido eram executadas pelas hábeis mãos de artesãos. Com a evolução tecnológica as máquinas serviram para movimentar as agulhas e linhas seguindo os mesmos passos executados manualmente há séculos.

Assim sendo, a salvaguarda dos processos artesanais é importante, pois a sua inventariação e documentação irá guiar o entendimento do que somos hoje. Materiais e modos de fazer poderão revelar pistas importantes sobre o ambiente cultural de determinado momento histórico. Segundo Godwin (2021):

A criação de itens artesanais usados no dia a dia reflete tanto o entorno natural de uma comunidade (como as gramíneas usadas na cestaria ou o algodão usado na tecelagem têxtil) e a linguagem e crenças dessa cultura como nos padrões e cores usados na criação de um pote de cerâmica (p. 19. Tradução nossa).

Quanto à preservação desses bens culturais, é relevante salientar que há uma diferença entre classificar uma representação cultural como património cultural imaterial e o processo de inventariação histórica de memórias orais de um determinado bem cultural imaterial.

No processo de classificação de um bem cultural imaterial há necessidade de continuidade e preservação daquela representação, já a preservação histórica não exige o compromisso de continuidade (Archibald, 2004 citado em Lira & Amôeda, 2010, p. 5). Como exemplo, ter registado como património cultural imaterial um modo de fazer cestos artesanais com técnicas dos povos indígenas garante que aquele processo seja continuado, conservando-se vivo, através de um exercício dinâmico de desenvolvimento junto com a comunidade.

Segundo Godwin (2021), a continuidade dessas tradições constitui:

um repositório de cultura, um método de geração de melhoria (se não empoderamento), indicadores de identidade e uma fonte de património. Como sociedades e as culturas mudam e evoluem, o design e a criação desses ofícios culturais terão que se adaptar a novos ambientes (p. 26. Tradução nossa).

Por este motivo, torna-se necessário o auxílio de instituições governamentais como o IPHAN, no caso brasileiro, e instituições como a UNESCO, a nível internacional, para direcionar programas não apenas de preservação, mas de fomento à continuidade, respeitando sempre o desejo e necessidade da sociedade em manter tal processo em execução.

Por fim, é de salientar o entendimento de Murray (2012, citado em Goodwin, 2021, p. 10), que ressalta a necessidade de acompanhar o estado de desenvolvimento e manutenção dos processos artesanais, para que, em caso do risco de desaparecimento e desinteresse por parte de jovens, se possa avaliar a possibilidade de ensinar tais técnicas no ensino regular e universitário, com a consciência de adaptação às necessidades contemporâneas.

4. Estudo de caso

Para analisar, de forma preliminar, se um determinado processo artesanal apresenta características que respondam às diretrizes para registo no *Livro de Saberes* do IPHAN, é sugerido um *Guia de Análise Preliminar* com seis indicadores que serão mensurados a partir do conjunto de vinte e seis questões que integraram o questionário desenvolvido.

As diretrizes do IPHAN definem que, além do reconhecimento de um bem cultural imaterial pela sociedade, é necessário que a representação cultural ou atividade social apresente os seguintes eixos temáticos: (a) Mobilização social; (b) Política de preservação; (c) Gestão participativa e; (d) Difusão e valorização cultural. A correspondência de cada indicador a cada eixo temático, bem como a descrição do

objetivo de cada indicador para a recolha de dados, podem ser consultados na Tabela

2.

Tabela 2 - Indicadores para análise de viabilidade de registo e a sua relação com os eixos temáticos definidos pelo IPHAN – Registo de bem cultural imaterial (Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional, 2018).

Indicadores de análise IPHAN	Relação com eixos temáticos	Descrição
Indicador 1. Prática pela população local.	Mobilização social.	Objetiva reconhecer se houve envolvimento comprometido da população local no desenvolvimento do bem cultural em análise.
Indicador 2. Dificuldades e riscos.	Política de preservação.	Objetiva reconhecer se os detentores de um determinado saber ou modo de fazer já possuem uma ação de preservação do bem cultural imaterial e se se reconhece algum risco de descontinuidade. Segundo o IPHAN, a percepção do risco de perda de determinado bem cultural imaterial é um dos fatores para consentimento do registo para salvaguarda do bem cultural.
Indicador 3. Transmissão da tradição do modo de produção artesanal.	Gestão participativa.	Objetiva reconhecer se o(s) detentor(es) de um determinado saber ou modo de fazer já possui/possuem a prática de gestão participativa, no que se refere às ações para salvaguarda do bem cultural imaterial.
Indicador 4. Alterações no modo de produção.	Política de preservação.	Objetiva reconhecer se há necessidade de criar ou melhor desenvolver um processo de documentação de uma determinada representação cultural ou atividade social e, também, reconhecer se já houve modernização no bem cultural imaterial, quando comparado com as formas iniciais de representação.
Indicador 5. Preservação e difusão da tradição.	Difusão e valorização cultural.	Objetiva reconhecer se o(s) detentor(es) de determinado bem cultural já possui/possuem algum programa de divulgação do bem cultural imaterial junto da comunidade e fora da localidade em que está inserido.
Indicador 6. Matéria-prima e meio ambiente.	Responsabilidade ambiental.	Objetiva reconhecer se o(s) detentor(es) de determinado bem cultural imaterial, seja ele uma representação cultural ou atividade social, possui/possuem alguma ação para preservação do meio ambiente e para observar se o bem cultural imaterial, quando candidato a possível classificação pelo IPHAN, apresenta algum costume, ação ou atividade que gera impacto negativo no meio ambiente, para que seja possível delinear um plano de sua mitigação.

4.1. Objeto de estudo

O estudo de caso incidiu numa empresa que produz porcelanas artesanalmente, situada na cidade de Monte Sião, na região sul do Estado de Minas Gerais, Brasil.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021, o município tinha uma população estimada de 24000 pessoas e área territorial de 291594 km². No setor económico, a indústria de confecção de vestuário e tricô é a predominante (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 2021). Já a atividade cerâmica é protagonizada pela fábrica da Porcelana Monte Sião que complementa os atrativos turísticos no município (Monte Sião Tur, s.d).

A história da empresa tem o seu início no ano de 1959, quando um morador da cidade de Monte Sião, o Sr. Antônio Daldosso, a pedido de um amigo de origem Portuguesa, reproduziu, na sua fábrica de bibelôs, uma pequena jarra de porcelana de origem Portuguesa, que tinha, como decoração, delicadas flores em azul sobre fundo branco. O sucesso foi grande, passando o fundador da empresa a produzir mais e a conceber outros modelos, incluindo diversas peças para uso doméstico. O processo era totalmente artesanal. No *website* da empresa (Porcelana de Monte Sião, s.d.) lê-se:

“O diferencial de nossas porcelanas é justamente a valorização do artesanal, do exclusivo, onde cada peça é tratada como única, o que nos garante uma clientela de bom gosto que sabe valorizar a arte de fazer porcelana” (Porcelana Monte Sião, s.d).

O processo permanece o mesmo desde 1959 e, segundo Souza (2012), na época em que realizou a sua investigação na fábrica, havia um forno a lenha em funcionamento e com capacidade para produzir 35000 peças por mês.

Souza (2012) fez uma análise comparativa sobre a produção da porcelana azul Monte Sião no tempo presente, apontando características que demonstram o seu carácter artesanal. Entre elas é de destacar a continuidade do uso de forno a lenha, onde a temperatura é medida através da recolha de amostras ou pela cor do interior do forno,

sendo este um (...) “processo empírico baseada na experiência do enforador” (p. 71).

O autor indica algumas das principais marcas de porcelana no Brasil, como a:

“Oxford, Schmidt e Porcelana Real que a partir do século XX e XXI passaram a ser quase totalmente automatizadas (...) Diferente delas é a Porcelana de Monte Sião, cujo processo artesanal das etapas de cadeia permite a presença de digitais¹⁸, dado que tudo ainda depende das mãos do trabalhador na transformação de matéria-prima em artefacto” (Souza, 2012, p. 117).

Quanto à singularidade da Porcelana Monte Sião, Souza (2012) salienta, ainda, que a denominação Porcelana Azul Monte Sião chama a atenção para a característica monocromática da sua decoração e ressalta o facto de a fábrica ser a única a produzir porcelanas com este tipo de decoração no país (2012, p. 188).

Outra referência pode ser conferida numa matéria publicada numa revista editorial no Brasil em 1999, onde o fundador da fábrica é entrevistado e a repórter Aline Angeline sublinha que a fábrica de Porcelana de Monte Sião (...) “é a única no Brasil a fazer esse tradicional tipo de porcelana, criado há mais de 1000 anos pelos chineses” (Daldosso, 1999, p. 192).

Segundo a repórter que entrevistou o Sr. Antônio Daldosso, no ano da entrevista, a oficina contava com 90 funcionários e produzia cerca de 200 peças por dia (Daldosso, 1999, p. 191). Acresce a atenção conferida pela administração da empresa na divulgação da sua história. Durante a semana, os turistas e visitantes da loja podem conhecer o espaço fabril em operação (Figura 1) e, ainda, existe um pequeno museu (Figura 2) não formalmente instituído, com um espaço expositivo que acolhe peças produzidas na oficina e uma narrativa dedicada à história da empresa.

¹⁸ Souza (2012), autor da obra Louça branca para a Pauliceia: Arqueologia Histórica da fábrica de louças Santa Catharina / IRFM - São Paulo e a produção Louça branca para a Pauliceia: Arqueologia - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937), salienta que o reconhecimento de digitais em peças de porcelana ou faiança são referências para determinar a época de produção da peça. Em geral, as peças com impressões digitais são reconhecidas como produtos artesanais (Souza, 2012, p. 17).

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>



Figura 1 - Perspetiva geral da oficina (Porcelana Monte Sião, 2019).

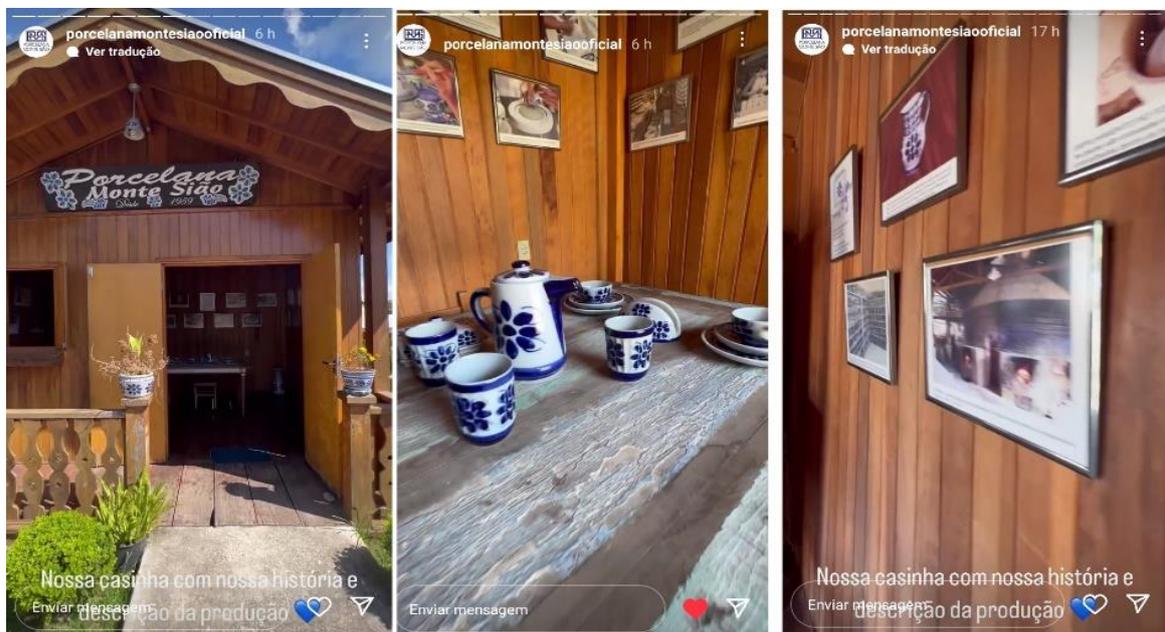


Figura 2 - Museu Casinha Porcelana de Monte Sião. Perspetiva da entrada e detalhes do seu interior (Porcelana Monte Sião, 2019).

4.2. Síntese do processo produtivo

As fases do processo artesanal de produção das porcelanas, tendo um copo como modelo (Figura 3), pode ser perspectivado na sequência das Figuras 4, 5, 6, 7, 8.

É de salientar que a informação aqui descrita é pública e está disponível para acesso na plataforma *YouTube*, da responsabilidade da empresa. Por este motivo, é importante considerar que a informação aqui contida é sumária e apenas ilustrativa, não tendo a intenção de apresentar características técnicas detalhadas do processo de produção das peças produzidas pela empresa Porcelana Monte Sião.

A Figura 4 apresenta o primeiro passo da produção, que é a moagem da matéria-prima (argila de tipo caulino, o feldspato e água). A mistura transforma-se num líquido argiloso. Com o líquido argiloso pronto, o passo seguinte é o do seu vazamento para os moldes, ou formas, até ao ponto ajustado em que as peças podem ser desmoldadas, como mostra a Figura 5. Retirada do molde, a peça é deixada a secar numa bancada. Com a peça seca, inicia-se a fase do acabamento, para retirar qualquer tipo de marcas do molde (Figura 6), para a pintura à mão (Figuras 6 e 7) e, após secagem, para a esmaltação, ou vidragem, por imersão num tanque com um vidrado próprio (Figura 7). Finalmente, a peça é levada para queima/cozedura no forno a lenha (Figura 8).



Figura 3 - Copo em porcelana branca decorada com flores azuis, modelo do processo de fabrico. (Porcelana Monte Sião, 2021).

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>

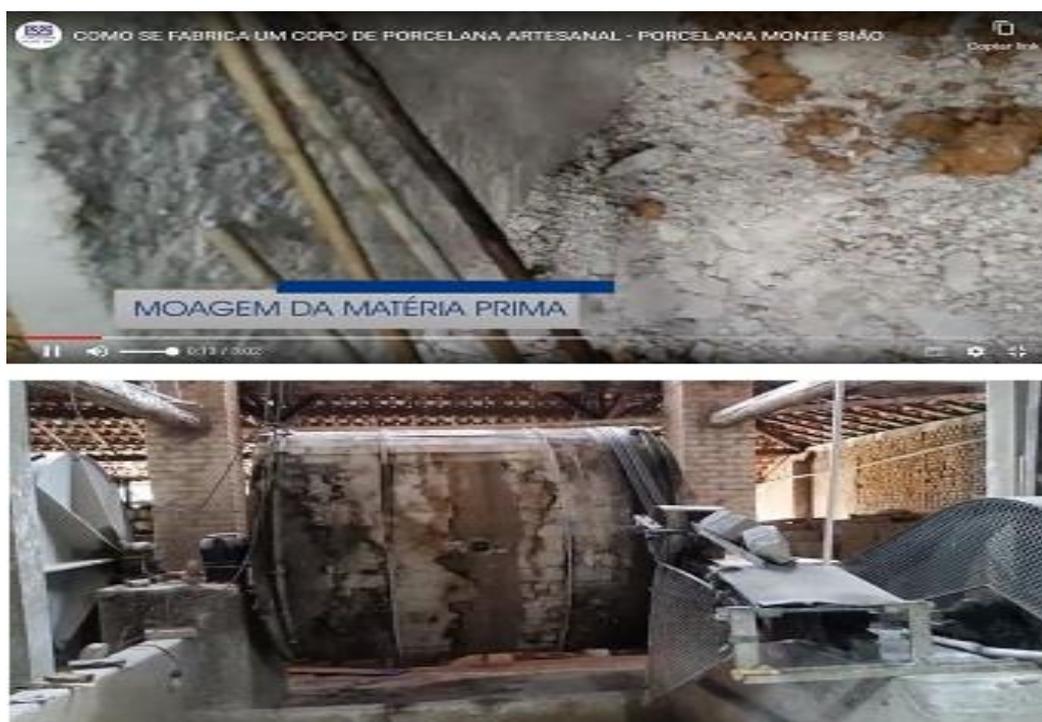


Figura 4 - Moinho utilizado no processo de moagem da matéria-prima (Porcelana Monte Sião, 2021).



Figura 5 - Processo de enchimento das formas/moldes e remoção da peça já formada (Porcelana Monte Sião, 2021).

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>



Figura 6 - Processo de pintura manual das peças (Porcelana Monte Sião, 2021).



Figura 7 - Fase de finalização de pintura da peça e processo de esmaltação, ou vidragem (Porcelana Monte Sião, 2021).

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como património imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>



Figura 8 - Forno a lenha utilizado para queima/cozedura das peças e peça finalizada (Porcelana Monte Sião, 2021).

4.3. Resultados

O questionário elaborado para responder aos indicadores de análise de viabilidade para candidatura de um determinado bem cultural imaterial ao registo pelo IPHAN, poderá ser inicialmente respondido de forma indireta, com a utilização de dados disponíveis na literatura, documentos governamentais publicados, dados estatísticos e por observação. No entanto, o mais recomendado é que seja realizada a recolha direta, com os agentes detentores ou que possuem conhecimento sobre determinado bem cultural imaterial.

As informações recolhidas foram essencialmente qualitativas, sendo transformadas em dados quantitativos através da categorização das respostas, organizados numa tabela

de contingência. Desta forma, foi possível quantificar o número de respostas positivas e o número de respostas negativas para cada indicador.

Nesta ferramenta de análise, o componente principal são os indicadores. O questionário, poderá ser adaptado conforme o bem cultural imaterial, tendo em conta que, no tempo presente, são quatro diferentes temáticas que norteiam os livros de registo do IPHAN e os indicadores aqui sugeridos poderão servir de análise para qualquer uma das temáticas existentes, considerando a sua base referencial.

É de salientar que as questões foram respondidas pela autora do estudo de caso de forma indireta. Para melhor compreender a estrutura das questões que serviram de base para a recolha de dados, está descrito, na Tabela 3, o número de questões elaboradas para responder a cada indicador e uma amostra da questão que compõe a ferramenta de análise de viabilidade aqui sugerida.

Tabela 3 - Amostra de questão feita para cada um dos Indicadores.

Indicador	Nº de questões sugeridas	Questão de amostra
Indicador 1. Prática pela população local	02	A forma de produção artesanal das porcelanas de Monte Sião surgiu pela iniciativa de pessoas que pertenciam à população local do município?
Indicador 2. Dificuldades e riscos	02	Quais os problemas de origem no ambiente externo e no interno que afetam a continuidade do modo de produção artesanal?
Indicador 3. Transmissão da tradição do modo de produção artesanal	04	A transmissão do modo de produção das porcelanas aconteceu apenas através do treinamento de funcionários na oficina?
Indicador 4. Alterações no modo de produção	02	Na planta da oficina ocorreram mudanças desde o início das produções ou apenas manutenção?
Indicador 5. Preservação e difusão da tradição	10	As visitas à oficina das porcelanas são guiadas, livres ou existem as duas opções?
Indicador 6. Matéria-prima e meio ambiente	06	Quanto à extração de materiais para a produção da porcelana, existe algum programa para redução do impacto ambiental deste processo? Se sim, faça um breve relato.

A partir dos dados disponíveis, verifica-se que nenhuma questão foi respondida ao indicador 1. Os indicadores 5 e 6 também apresentaram esta ocorrência, embora não na totalidade das questões. Nos casos em que não foi possível responder a qualquer questão, o valor de soma foi zero. Para facilitar a visualização dos resultados, na Tabela 4, é possível conferir o número de questões não respondidas em cada indicador.

Tabela 4 - Número de questões não respondidas por Indicador.

Indicador	Nº de questões	Questões não respondidas
Indicador 1	02	02
Indicador 2	02	0
Indicador 3	04	0
Indicador 4	02	0
Indicador 5	10	05
Indicador 6	06	03
Total	26	10

Numa análise preliminar, com os dados recolhidos e representados graficamente na Figura 9, é possível observar que, nos casos de indicadores em que todas as questões foram respondidas (2, 3 e 4), apenas o indicador 3 teve respostas negativas em duas das suas quatro questões. Nos indicadores em que ficaram questões por responder, o indicador 5, das cinco questões respondidas, apenas 3 respostas foram positivas. Já no caso do indicador 6, das 3 questões respondidas, todas foram positivas.

A ferramenta de análise proposta mostrou-se operacional e efetiva quanto ao objetivo pretendido. É de salientar que as respostas às questões poderão, numa eventual candidatura ao IPHAN, compor o conteúdo comprobatório dos parâmetros exigidos.

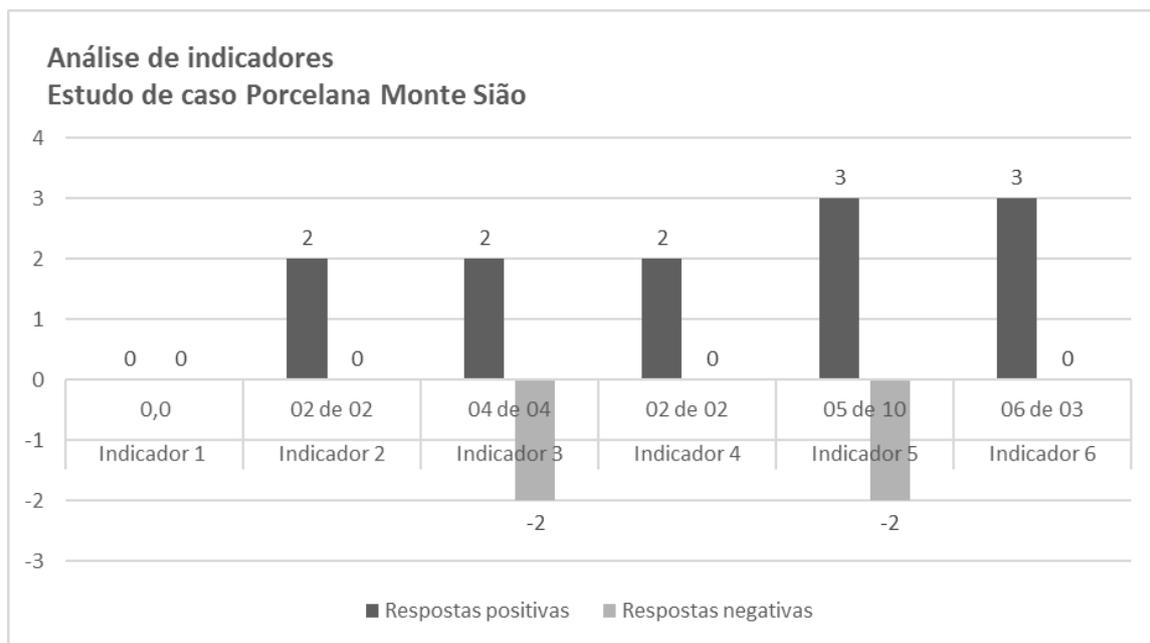


Figura 9 - Gráfico que demonstra a totalidade de respostas por indicador.

Considerações finais

Os resultados obtidos neste estudo de caso foram satisfatórios e responderam positivamente ao objetivo inicialmente definido, que consistiu em sugerir indicadores para uma análise preliminar da viabilidade de uma candidatura ao IPHAN, para registo de um determinado bem cultural imaterial.

Uma candidatura para classificação de um bem cultural imaterial é complexa. Das dificuldades observadas, destaca-se a compreensão das diretrizes para classificação, tendo em vista que os parâmetros definidos pelo IPHAN são qualitativos, característica inerente aos bens culturais imateriais. Sendo assim, é de suma importância ter um conjunto de indicadores organizados previamente que possibilite o reconhecimento dos parâmetros exigidos, para direcionar de forma sistemática uma análise preliminar quanto à viabilidade de uma candidatura. Com os parâmetros organizados por indicadores, os dados poderão ser recolhidos por questionários ajustados a cada caso, lembrando que, para o uso da ferramenta aqui sugerida, os indicadores definidos deverão sempre direcionar a elaboração das questões para a recolha de dados.

É de salientar, a necessidade de realização de testes em diferentes casos para poder atestar o valor de generalização dos indicadores sugeridos.

A aplicação da ferramenta de análise preliminar no processo de produção da Porcelana Monte Sião, mesmo incompleta, possibilitou a identificação de características que respondem positivamente aos parâmetros do IPHAN para classificação de um bem cultural imaterial.

Por fim, é de ressaltar que o objeto de estudo demonstrou um caráter inovador quando comparado aos bens culturais imateriais já registados pelo IPHAN. O processo artesanal mantém-se, face à industrialização do setor e, mesmo assim, permanece competitivo no mercado nacional de porcelanas, sendo, também, um símbolo artesanal brasileiro e da relação cultural entre o Brasil e Portugal, tendo em consideração que o processo artesanal das peças se deu a partir do relacionamento de amizade de um brasileiro e um português.

Agradecimentos

A autora agradece à empresa Porcelana Monte Sião, Minas Gerais, Brasil, na pessoa de todos os seus profissionais, pelo apoio a este estudo, que se desenvolveu em memória do seu fundador, o Sr. Antônio Dalosso. Agradece, ainda, ao Professor Doutor em Engenharia Mecânica, Sergio Espel de Oliveira, pela orientação relativa às características do processo de produção.

Referências

- Buker, P. (2010). *Cultura popular na idade moderna. Europa 1500-1800*. (D. Bottman, Trad.) Companhia das letras.
- Choay, F. (2014). *Alegoria do Património* (2ª ed.). 70 Edições.
- Cruz, V. A. (2010). *Metodologia da pesquisa científica*. Pearson.

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como patrimônio imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>

Daldosso, A. (1999, 08 de abril). A fábrica de flores azuis. *Revista Cláudia*. (A. Angeli, Entrevistador).

Goodwin, S. G. (2021). *Artisanal collaborations and the preservation of intangible cultural heritage* [Master of Nonprofit Studies]. The University of Richmond. <https://scholarship.richmond.edu/spcs-nonprofitstudies-capstones/15>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Cidades e estados*. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/monte-siao.html>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (1997). *Carta de Fortaleza. Patrimônio Imaterial: Estratégias e Formas de Proteção*, (pp. 1-4). Fortaleza. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>

Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional. (2006). *O registro do patrimônio imaterial. Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial*. Instituto de Preservação do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico Nacional. Brasília. <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=31&busca=Registro+do+Patrim%C3%B4nio+Imaterial>

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. (2012). *Patrimônio cultural imaterial. Para saber mais*. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília. http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermas_web.pdf

Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional. (2018). *Saberes, fazeres, gingas e celebrações. Ações para a salvaguarda de bens registrados como patrimônio cultural do Brasil*. Brasília. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/sfgec.pdf>

Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional. (2020) *Caderno da salvaguarda de bens registrados. Práticas de Gestão (1)*. Brasília.

Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional. (2021). *Caderno da salvaguarda de bens registrados*. Instituto do Patrimônio Cultural Histórico e Artístico Nacional (Vol. I e II). Brasília.

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como patrimônio imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>

Lira, S., & Amoêda, R. (2010), Constructing intangible heritage. In A. McCleery et al., *Constructing intangible heritage* (pp. 3-8). Green Lines Instituto para o Desenvolvimento Sustentável.

https://clock.uclan.ac.uk/10701/1/CIH_Contents.pdf.

Logan, W., Máiréad, M. C., & Kockel, U. (2016). The New heritage studies. Origins and Evolution, Problems and Prospects. In M. D. W. Logan, N. C Mairéad, & K. Ullrich (Eds.), *A companion to heritage studies* (pp. 1-17). Wiley-Blackwell.

Ministério da Cultura, Poder Executivo da República Federativa do Brasil. (2000). *Decreto-Lei Nº 3.551, de 4 de agosto de 2000*. Instituí o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Brasília.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

Ministério da Cultura, Poder Executivo da República Federativa do Brasil. (2006).

Decreto-Lei Nº 5.753, de 12 de abril de 2006. Promulga a convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, adotado em Paris, em 17 de outubro de 2003, e assinada em 3 de novembro de 2003. Brasília.

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Poder Executivo da República Federativa do Brasil. (2012). *Base conceitual do artesanato Brasileiro*.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

<https://rondonia.ro.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/BASE-CONCEITUAL-DO-ARTESANATO-BRASILEIRO-PDF-Download-gra%CC%81tis-1.pdf>

Monte Sião Tur. (s.d). *Porcelana Monte Sião. Turismo em Monte Sião*.

<https://www.montesiao.tur.br/guia-detahes/88/porcelana-monte-siao>

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (1997). *Simposio internacional La artesana y el mercado internacional: Comercio y codificación aduanera. Informe final*.

https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111488_spa

Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (2003). *Convenção para salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. (Trad. Ministério da Cultura da República Federativa do Brasil). Paris.

Espel, M. (2022). Porcelana Monte Sião, a produção artesanal de ontem, hoje e sempre. Proposta de indicadores para processo de classificação de bens culturais como patrimônio imaterial. In P. M. Homem, J. Bittencourt & L. Palma (Eds.), *Ensaio e Práticas em Museologia* (Vol. 11, pp. 108-137). Porto: FLUP/DCTP/MMUS. <https://doi.org/10.21747/978-989-9082-16-8/112022a6>

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvuarda.pdf>

Porcelana Monte Sião. (s.d.). *Porcelana de Monte Sião - Home - Empresa*. Obtido em 22 de 03 de 2022, de Porcelana de Monte Sião.

<https://www.porcelanamontesiao.com.br/empresa>

Porcelana Monte Sião. (2019). *Hoje tivemos uma visita*. Monte Sião, 2019. Instagram: @porcelanamontesiaooficial.

<https://www.instagram.com/porcelanamontesiaooficial/>

Porcelana Monte Sião. (2021). *Como se fabrica um copo de porcelana artesanal*.

YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=Wez4el5xYjM>

Souza, R. d. (2012). Louça branca para a Pauliceia: Arqueologia histórica da fábrica de louças Santa Catharina / IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, Suplemento 14*, 9-245. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.2012.113577>

Souza, W. R., & Crippa, G. (2015). A materialidade do intangível. In ANCIB (Ed.), *XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB)* (pp. 1-18). Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação. <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015>